

9 deputados concorrem a 3 cadeiras



PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SALÁRIO DE R\$ 39,7 MIL E PERMANÊNCIA NO CARGO ATÉ 75 ANOS DE IDADE SÃO ATRATIVOS

ASSEMBLEIA

DISPUTA ACIRRADA POR CADEIRAS NO TCE-MG

Nove deputados estaduais concorrem a três vagas, depois da aposentadoria compulsória de integrantes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

35

A 65 ANOS É A EXIGÊNCIA DE IDADE PARA CARGO NO TRIBUNAL DE CONTAS

ALESSANDRA MELLO

Nove deputados estaduais são cotados para assumir três vagas de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) abertas com a aposentadoria compulsória dos titulares das cadeiras. O salário elevado, R\$ 39,7 mil de vencimento básico e garantia de permanência no cargo até completar 75 anos, são alguns dos atrativos. Estão no páreo os deputados Alencar da Silveira (PDT), um dos mais antigos parlamentares em exercício no Legislativo, Arnaldo Silva (União Brasil), Doutor Wilson Batista (PSD), Thiago Cota (PDT), Tito Torres (PSD), Sargento Rodrigues (PL), Ulysses Gomes (PT) e a única mulher, a deputada estadual Ione Pinheiro (União Brasil). É considerado candidato também o secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares (PMN), licenciado da Assembleia Legislativa desde o ano passado para compor o primeiro escalão do governo de Romeu Zema.

Dois vagas já estão abertas, aguardando apenas o início oficial do processo de escolha pela Assembleia, que será a responsável pelas três indicações, com eleição por voto direto dos 77 deputados estaduais. Elas foram criadas com a aposentadoria compulsória dos conselheiros Wanderley Ávila e José Viana, ex-deputados estaduais, indicados pelo Parlamento para o cargo. Enquanto o titular não é escolhido, as funções vêm sendo exercidas pelos conselheiros substitutos, Hamilton Antônio Coelho, Licurgo Joseph Mourão de Oliveira e Telmo de Moura Passarelli. Em abril do ano que vem, outro conselheiro, Mauri Torres, também ex-deputado, vai se aposentar, abrindo a terceira vaga de indicação do parlamento. Um dos cotados, o próprio filho do conselheiro Mauri Torres, o deputado Tito Torres, que herdou a base eleitoral do pai e agora pode também ficar com a vaga de conselheiro. A eleição para as duas vagas já abertas poderia ter sido feita, mas a Assembleia ainda não deu início ao processo, que vai alterar a composição do parlamento mineiro, com a chamada dos deputados suplentes. A escolha deve ficar para o começo do ano que

vem, depois da eleição da nova Mesa Diretora do Legislativo. O mandato do atual presidente, deputado estadual Tadeu Martins Leite (MDB), vence agora. A previsão é de que, ainda em dezembro, Tadeuzinho seja reconduzido ao cargo, para mais dois anos de mandato. Após sua reeleição, ele deve abrir o processo de escolha que será acirrado. De acordo com os deputados, a expectativa é que a escolha dos três deputados que vão para o TCE-MG seja feita de maneira unificada, em uma única eleição. A indicação precisa ser aprovada por maioria simples dos deputados presentes na reunião. Após a aprovação, a Assembleia informa ao governador o nome do eleito para que ele seja nomeado. Na última eleição, em 2022, o então presidente da ALMG, Agostinho Patrús (PV), foi candidato único à vaga aberta pela aposentadoria do conselheiro Sebastião Heivécio, também oriundo do Parlamento. Outra cadeira ainda está em disputa,

mas a indicação do novo conselheiro será feita pelo Ministério Público de Contas (MPC) por meio de uma lista tripartite e ser enviada ao governador Romeu Zema (Novo). O nome escolhido pelo chefe do Executivo ainda precisa ser referendado pela Assembleia. Ela foi aberta com a aposentadoria do conselheiro Cláudio Terra. Nesse caso, o processo para a escolha do representante do MPC, já começou. Na semana passada, o tribunal recebeu a lista de procuradores do MPC aptos a concorrer. Foram cinco candidatos: Cristina Andrade Melo, Daniel de Carvalho Guimarães, Glaydson Santo Soprani Massaria, Maria Cecília Mendes Borges e Marclio Barenco Corrêa de Mello. A votação acontece entre eles. Para ocupar o cargo, os candidatos à corte de contas devem ter entre 35 e 65 anos, idoneidade moral, reputação ilibada e notório saber. O TCE-MG é o responsável pelo controle externo das contas públicas e pela análise da prestação de contas anual do governador e dos prefeitos, além da fiscalização do orçamento público e da realização de auditorias contábeis nas contas dos órgãos públicos. ■

MINISTÉRIO DE CONTAS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 4